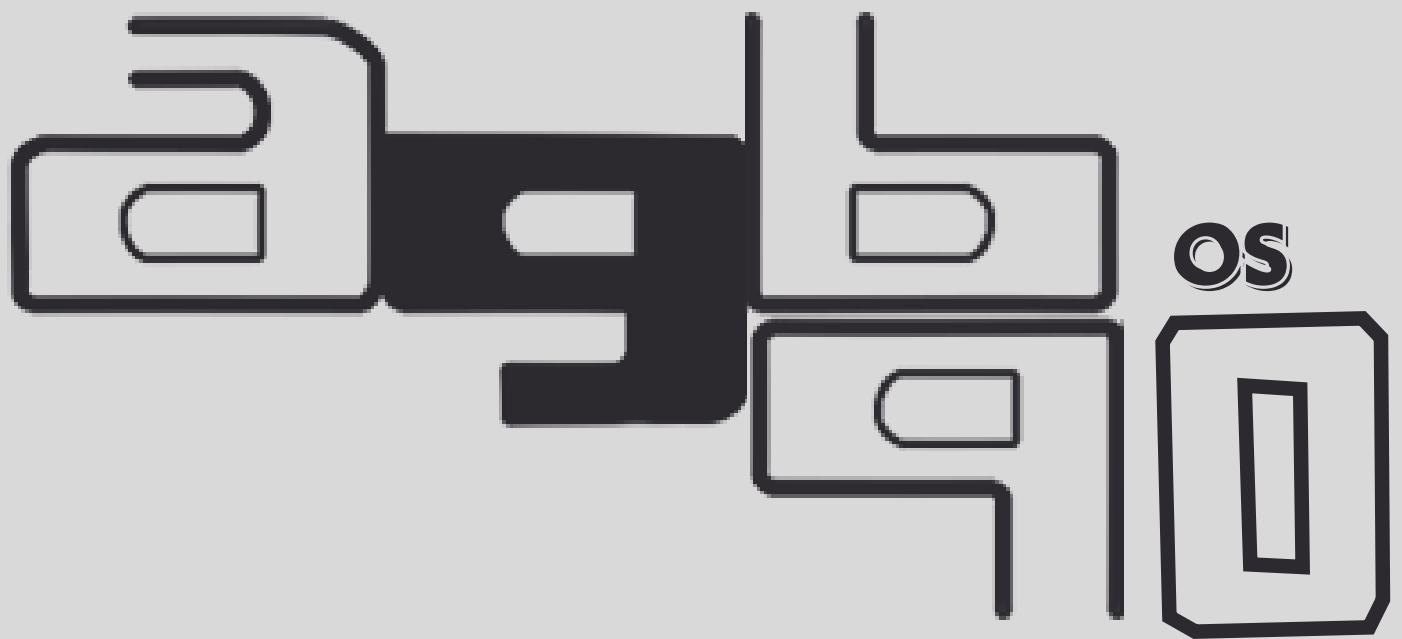


AGB EM DEBATE



ANOS

**O VIII CBG
E UM FUTURO**

**1ª EDIÇÃO
BIÊNIO 2024-2026**

**Associação dos
Geógrafos
Brasileiros**
desde 1934

AGB: OS 90 ANOS, O VIII CBG E UM FUTURO

SESSÃO 01

06

APRESENTAÇÃO
Coletivo de Comunicações

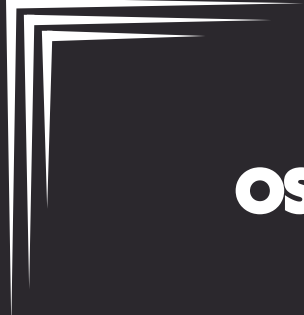
07

ALÉM DO CBG
Seção Local São Paulo

11

**FUTUROS PLURAIS PARA A AGB: GEOGRAFIAS EM
PERSPECTIVAS NEGRAS NO VIII CBG**

GT Geografias em Perspectivas Negras



AGB: **OS 90 ANOS, O VIII CBG E UM FUTURO**

SESSÃO 02

21

**GEOGRAFIA, NATUREZA E ABORDAGENS
FÍSICO-AMBIENTAIS: POR
UMA VISÃO AMBIENTAL CRÍTICA**

Clézio dos Santos

27

O VIII CBG E A LUTA POR TRABALHOS DE CAMPO NA USP

Guilherme D'Alessandro Gonçalves Maglione

35

GEO-GRAFANDO PARA COMUNICAR (A)O BRASIL?

Igor Carlos Feitosa Alencar

AGB: OS 90 ANOS, O VIII CBG E UM FUTURO

SESSÃO 02

40

GEO-GRAFANDO O BRASIL COM AS CRIANÇAS

Luísa Bortolato Elias

49

**VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS:
A AGB E A GEOGRAFIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS
LUTAS SOCIAIS FRENTE AOS PROJETOS HEGEMÔNICOS**

Patricia Helena Milani, Mauro Henrique Soares da Silva,
Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira

56

**VIII CBG, REVERENCIANDO O PASSADO, DISCUTINDO O
PRESENTE E REFLETINDO SOBRE O FUTURO**

Yuri Alves Soares

SESSÃO 01

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL (DEN),
SEÇÕES LOCAIS E GRUPOS DE TRABALHO (GT'S)

Apresentação

O AGB em Debate é um canal de comunicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) com suas Seções Locais, pessoas associadas, além de promover o diálogo com a comunidade geográfica e a sociedade em geral. Produzido pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) por meio do Coletivo de Comunicações, este informativo tem como propósito divulgar as atividades, articulações, experiências, discussões e estudos desenvolvidos pelas Seções Locais (SLs) e seus Grupos de Trabalho (GT's).

Essa edição, especialmente, tem um objetivo principal de avaliar e refletir sobre o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG), realizado em julho de 2024, bem como os 90 anos da AGB e as perspectivas de futuro da nossa entidade. As reflexões, de inteira responsabilidade de seus/suas respectivos/as autores/as, abarcaram o processo de organização do evento, a participação durante a sua realização, bem como os reflexos que o mesmo instigou nas e para as Seções Locais da AGB e as pessoas associadas.

Agradecemos pelas contribuições e desejamos uma excelente leitura!



Coletivo de Comunicações
DEN 2024-2026

ALÉM DO CBG

**GESTÃO “ALÉM DO ESPAÇO”
SEÇÃO LOCAL SÃO PAULO**

E-mail: contato@agbsaopaulo.org.br

Site: agbsaopaulo.org.br

Instagram: [@agb.sp](https://www.instagram.com/agb.sp)

É comum ouvirmos, especialmente nas Reuniões de Gestão Coletiva, que os eventos têm o poder de oxigenar a AGB. Isso porque os “Encontros” são de fato encontros e não se esgotam naqueles dias estipulados para a sua realização. Como vimos e vivemos, os encontros se iniciam muito antes da cerimônia de abertura, principalmente para as pessoas associadas à Seção Local sede.

No caso da nossa Seção Local, tivemos dois desafios que atravessavam a nossa relação com a construção do VIII CBG: primeiro que, à época, a Local não planejava sediar o evento e, em segundo, o curtíssimo prazo que dispúnhamos para organizar um evento das dimensões do CBG.

Daí, para ambas situações, a saída se deu efetivamente pelo esforço de coletivização. Reestruturamos a diretoria local e, mais do que isso, iniciamos uma mobilização para articular mais pessoas e dividir essa enorme tarefa. Logo, a partir das nossas conexões pessoais e acadêmicas, fomos convidando amigas e amigos para conhecer a “iniciativa AGB” e buscamos, também, aquelas/es agebeanas/os que estavam mais afastados do cotidiano da entidade.

Esse movimento foi um ponto de inflexão na construção do CBG. A estratégia foi extremamente exitosa, de modo que as nossas reuniões de organização local, realizadas religiosamente (e profanamente) às segundas-feiras, contavam cada vez mais com um número maior de pessoas, especialmente da graduação que, por meio da construção do congresso, estavam conhecendo a AGB. Era como se aquela sala no mezanino do enorme vão da FFLCH começasse a, literalmente, oxigenar novos ares, renovando o frescor do ambiente e a própria prática coletiva.

Longe de romantizar os intensos dias de trabalho, das reuniões exaustivas, do excesso de e-mails trocados, dos conflitos vividos, das várias visitas a espaços para viabilizar as atividades, dos tapinhas nas costas e das reformulações de centenas de tabelas. Porém, um dos grandes trunfos da nossa organização e convivência antes e durante o evento foi de, passada a ressaca do CBG, entendermos que havia muito mais a se fazer pela e na AGB.

Os esforços despendidos não podiam se esgotar no evento; eles precisavam abrir espaço para uma ação contínua e uma reflexão política mais permanente. Ao final, esse processo de construção do encontro, viabilizou a formação e o fortalecimento de laços internos, assim como nos conduziu à reflexão sobre que AGB queríamos construir para os próximos anos.

Nesse sentido, o coletivo eleito para a diretoria da Seção Local São Paulo para o biênio 2024-2026, que foi construído de maneira orgânica a partir da construção do VIII CBG, reflete esse movimento de renovação e concepções políticas para a entidade. Pois, mais do que a realização de atividades formais, o CBG representou a construção e o fortalecimento de laços entre pessoas comprometidas com o debate geográfico e sua construção política. A imensa responsabilidade de organizar o congresso foi preenchida e amenizada pelo cuidado coletivo e pelo compromisso político, social e científico que marcaram esse encontro histórico da AGB.

Destarte, ao construir o CBG e, posteriormente, a Diretoria Executiva Local para este biênio, fomos compreendendo que, assim como uma pessoa acumula marcas ao longo dos anos, cria e recria relações, movimenta-se e se envolve em diversas situações, uma entidade de 90 anos, como a AGB, também reflete essa dinâmica. Mas, ao mesmo tempo, entendemos que a entidade se diferencia por dois aspectos: trata-se de um coletivo de pessoas e, mais importante, uma totalidade em constante movimento, a qual vai muito além da soma das partes. Ou seja, a AGB não é uma individualidade estática, mas sim um corpo plural de pessoas que se transforma constantemente.

Essas características se manifestam especialmente nas Seções Locais, que são os espaços onde os princípios de coletividade e horizontalidade podem ser vividos e fortalecidos com o comprometimento daqueles e daquelas que dedicam parte de suas vidas à AGB. É dessa maneira que a AGB pode continuar sua trajetória.

Assim, com base nos princípios de horizontalidade e coletividade, organizamos a chapa “Além do espaço” como desdobramento do CBG, propondo fortalecer e ampliar a atuação da Seção Local São Paulo. Acreditando que a AGB deva ir além de seu espaço físico e quadro associativo, promovendo discussões que ultrapassem as fronteiras da geografia. Nosso objetivo é tornar a AGB um espaço de discussões críticas sobre temas que sejam tanto internos quanto externos à disciplina, respeitando as diversas posições e formação política que nos distinguem, mas que encontram nessa entidade a possibilidade de atuação coletiva que nos une e reúne em um feliz adjetivo: agebeanas e agebeanos.

FUTUROS PLURAIS PARA A AGB: GEOGRAFIAS EM PERSPECTIVAS NEGRAS NO VIII CBG

**GT GEOGRAFIAS EM PERSPECTIVAS NEGRAS
SEÇÃO LOCAL BELO HORIZONTE**

E-mail: agb.beaga@gmail.com

Instagram: [agb.slbh](https://www.instagram.com/agb.slbh)

Akoma Ntoso é um símbolo de origem africana que compartilha mais do que uma experiência “visual” na logo do Grupo de Trabalho (GT) Geografias em Perspectivas Negras (GEPENE) da Seção Local Belo Horizonte (SLBH). Seu significado ancestral vindo dos povos Akan, no Togo, Costa do Marfim e Gana remete à ideias de solidariedade e união em pensamento e ações. E esta tem sido a tônica que organiza mais uma participação deste GT no Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG).

O objetivo em participar do VIII CBG se reunia em torno de três ações: colaborar com a formação política e profissional de estudantes da graduação interessados em irem ao CBG, a maioria pela primeira vez; realizar uma atividade no CBG com os resultados desta experiência que se deu por meio de um trabalho de campo com metodologia enegrecida¹ no bairro Concórdia, em Belo Horizonte/MG; e unir esforços para cumprimento de uma agenda em Geografias Negras estabelecida pela Rede de Geógrafos/as Negros/as em eventos nacionais por meio de seus Manifestos e reuniões entre seus partícipes.

Com relação à formação política e profissional de estudantes da graduação em Geografia, destacamos que a participação do GT GEPENE se deu por meio da disciplina “Aprender a olhar: o trabalho de campo na formação de professores de geografia, ida ao VIII CBG”. Uma construção coletiva empreendida pela SLBH e ocorrida no Instituto de Geociências da UFMG. Cabe lembrar que a SLBH também foi responsável no VIII CBG pelas questões de ‘Infraestrutura e alojamento’, assim como de ‘monitoria’. Motivo pelo qual faremos críticas, porém cientes dos desafios vivenciados por este grupo que trabalhou incessantemente com outras SL. Sabidamente, uma apreciação necessária que co-responsabiliza mais do que indivíduos,

mas o modo como a institucionalidade tem se organizado; aí incluído o modelo auto organizado por comissões sobrecarregadas.

De pronto, podemos afirmar que o GT cumpriu a proposta principal que foi dialogar acerca de uma metodologia que considerasse conhecimentos oriundos do campo das relações étnico-raciais e Geografias Negras. Inclusive, o trabalho foi ampliado quando, na ocasião, observamos que a SL São Paulo foi responsável pelo “Trabalho de Campo”, do evento, juntamente com a SL Niterói: Territórios Negros no Centro de São Paulo; que em alguma medida era semelhante ao empreendido em Belo Horizonte. Além do relato de membros que ofertaram o campo citado, pudemos listar com o público o que seria imprescindível em uma metodologia enegrecida de trabalho de campo.

Alguns desafios

É preciso destacar que participar da AGB é estar diante, muitas vezes, de situações e ambientes nem sempre acolhedores. Esta é uma afirmação baseada em situações ocorridas em diferentes tempos e espaços ao longo dos momentos que nos dispomos a contribuir com a construção do VIII CBG. E do qual, teoricamente as Geografias com dimensões de análise sociorraciais do espaço, seja ele físico ou virtual, poderiam contribuir caso fosse interessante ser realizada uma auto análise institucional para construção de uma associação que, de fato, preze pela erradicação do racismo, por exemplo acadêmico, em seu interior:

[...] racismo acadêmico [é] a maneira pela qual aspectos estruturais do racismo se expressam nos espaços acadêmicos, [...]. Nesse sentido, o racismo acadêmico poder ser compreendido com uma tecnologia de poder cujas práticas de discriminação racial ocorrem de forma velada ou explícita. Esses atos fazem parte do funcionamento institucional que se configura como um espaço hegemonicamente branco e masculino. O racismo acadêmico materializa-se pelas escolhas epistemológicas, pela inexistência de um corpo discente e docente diverso em termos raciais e pela criação de entraves meritocráticos/burocráticos/financeiros que dificultam o acesso e/ou a permanência de pessoas negras no espaço. (Mariléa de Almeida, 2020, p.44)

A experiência do GT durante a reunião do dia 29 de janeiro e em eventos anteriores, como o VII CBG, evidenciou a necessidade de aprimoramento dos processos de decisão e participação de seus membros. A dificuldade em se obter respostas objetivas e a sensação de não ser ouvido tendem a desencorajar a permanência ativa de membros e Grupos de Trabalho.

Em específico para realização das tarefas na seção GTs, demarcamos o longo atraso para abertura da nossa sala, o que fez com que muitos entendessem que a atividade havia sido cancelada, causando prejuízo quanto à sua duração. Bem como, observamos a desigual divulgação das atividades. No mais, destacamos a digitação ou compreensão errônea do nome do GT, que aparece sem a sigla de GT e, ainda, recebe a denominação de Grupo de Estudos, na tabela de Programação. Não menosprezando essa importante ação, ela não nos define em funções e responsabilidades assumidas, tampouco como parte da estrutura da AGB

Contribuições

Os participantes que decidiram aguardar a abertura da sala puderam ouvir e intervir no relato reflexivo acerca do trabalho de campo ocorrido em Belo Horizonte/MG e o ocorrido, no dia anterior, em São Paulo/SP. Assim como, ao final levar proposições para um trabalho de campo que considere seu público e os territórios marcados pela presença de grupos/populações negras. Cada qual narrava suas necessidades em considerar o “campo” como instrumento inerente à aprendizagem e o ensino geográfico. Para isso, destacamos alguns pontos da construção do documento, que ainda não foram publicizados:

Intencionalidade curricular: os/as professores/as (da educação básica e ensino superior) que ofertam o trabalho de campo devem estar embasados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História da África e Culturas Afro-brasileiras. Uma vez que, a proposta se constrói com a obrigatoriedade da Lei nº10639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases e que também se encontra pulverizada no interior da Base Nacional Curricular Comum.

Figura 01 - Participantes da atividade proposta pelo GT GEPENE



Fonte: Aline Neves R. Alves

Autoria: cabe amparar-se numa perspectiva centrada em referências bibliográficas de autores/as negros/as, seja acerca do território negro a ser investigado, quanto de literatura sobre análises do espaço a partir da dimensão racial. O campo das Geografias em Perspectivas Negras (do Racismo, do Antirracismo e o das Geografias negras) contribuem nesse sentido. Incluindo a importância na interpretação da diversidade de linguagens presentes no território (simbólicas como uma festa; imagéticas como frases em um muro; sonoras como os dos cães, etc). Interagindo os conhecimentos científicos e os da comunidade investigada.

Diálogos prévios: a necessidade de se preparar o público, de acordo com seu perfil, para conhecimentos acerca da memória, ancestralidade, herança e patrimônios negros, tal qual para as diferentes formas de leitura do território que vão além do prisma visual. Ou seja, considerando outros sentidos, quais envolvem questões subjetivas variadas, como advindas do paladar, do olfato, do tato, da audição e das sensações pouco exploradas no modo tradicional do trabalho de campo. O que se busca é ampliar, diante do racismo estrutural, o direito da corporeidade negra em dizer de si, de seu território, humanizando-se nesse processo, bem como a formação de estudantes que possam experimentar, por meio de suas percepções, outras formas de registrar/discutir o que lhe parece (in)comum na produção afrodiaspórica, sem negar contradições ou hierarquizar conhecimentos.

Compromissos

A maior parte dos participantes do GT GEPENE acompanham diálogos e conteúdos publicizados pela Rede de Geógraf@s Negr@s.

Esta rede e campo de pesquisa por sua vez, ofertou via ESC's o encontro que reuniu GTs e pesquisadores/as, estudantes, interessados/as no campo das Geografias em Perspectivas Negras: Geografias Negras, Geografias Antirracistas e Geografias do Racismo. No entanto, o grande público de inscritos com temáticas do debate racial na Geografia e demais interessados/as precisaram se deslocar da sala no prédio de Letras, em busca de um espaço adequado, que comportasse a todos/as.

Este deslocamento, de algum modo, causou a impetuosidade do público que se reuniu no auditório Milton Santos, já no outro prédio da Geografia/História. O que configurou como um “entrave” ao pleno uso do tempo corrente. Embora a atividade tenha sido bem sucedida com adaptação aos seus objetivos propostos.

É importante salientar para os próximos CBGs que o expressivo crescimento dos eixos temáticos, que conduzem o fluxo da discussão teórica da dimensão racial na Geografia e suas interseccionalidades, poderá ser pungente. E que, desde o último CBGs não se limitam aos eixos: 1. Geografia, gênero, raça e classe; Povos e Comunidades tradicionais e as Lutas Sociais; Patrimônio, Cultura e Memória; tampouco em alguns Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs), como 01. Movimentos sociais, políticas e ações afirmativas; 02. Geografias de gênero, espaço, corpo e lutas; 04. Geografia, relações raciais, gênero e sexualidade, 18. Gênero, raça e trabalho. Isto porque foi possível encontrar tais pesquisas, com perspectivas negras, dissipadas em diferentes espaços deste importante Congresso.

Figura 02 - Rede de Geograf@s Negr@s no Brasil



Fonte: Não identificada.

Perspectivas de Futuros plurais

Afirmamos que, assim como a imagem que acompanha nosso GT, cumprimos a proposta de se “solidarizar” e realizar “a união de pensamentos” com estudantes presentes no trabalho de campo e sistematizar “ações coletivas” no VIII CBG. Especialmente a partir da retomada epistemológica de parte da intelectualidade negra brasileira, com contribuições teóricas e conceituais de pesquisadoras como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes e Leda Maria Martins. E que embora não sejam geógrafas, foram fundamentais a partir de sua corporeidade e experiências diaspóricas, em nossas reflexões e experiências no bairro Concórdia/BH.

Através da cosmopercepção (Oyèrónkẹ Oyewùmí, 2002), podemos provocar a ideia quase monolítica de uma única dimensão sensorial de “leitura de mundo”, ao reconhecer outros sentidos e saberes na relação com os sujeitos que vivem o território e os que estão ali para conhecê-lo e, para muitas vezes, investigá-lo sem se despir de conceitos opressores. Logo, é nessa mesma perspectiva que entendemos que não desejamos um único futuro à AGB, mas que o mesmo seja plural. Marcado pela sinergia de conviver com as diferenças, sem transformá-las em desigualdades, superar entraves na produção de conhecimentos, a iniciar pelo fim de práticas de silenciamento e objetificação de sujeitos historicamente barbarizados na história do pensamento geográfico, ou seja, desde seus fundadores.

Nota

1 - A atividade denominada “Por uma perspectiva negra em trabalhos de campo: geo-grafando uma das pequenas áfricas belorizontinas” é uma iniciativa acadêmica que adota uma **metodologia enegrecida**. A proposta parte da experiência de pesquisadores negros, tanto dentro quanto fora da geografia tradicional, e busca subverter a base do conhecimento científico, historicamente eurocentrado e racista. Ao enegrecer a pesquisa, o grupo questiona a origem e importância do trabalho de campo e busca resgatar conhecimentos sobre os territórios negros, muitas vezes estereotipados e interpretaados a partir das bases de uma cartografia ocidental.

SESSÃO 02

PESSOAS ASSOCIADAS À AGB

GEOGRAFIA, NATUREZA E ABORDAGENS FÍSICO- AMBIENTAIS: POR UMA VISÃO AMBIENTAL CRÍTICA

**CLÉZIO DOS SANTOS – UFRRJ
SEÇÃO LOCAL RIO DE JANEIRO**

E-mail: agb.riodejaneiro@gmail.com

Instagram: [agb.rio](https://www.instagram.com/agb.rio)

Participei do *VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos – CBG - “AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil”* realizado no período de 7 a 12 de julho de 2024, nas dependências da Universidade de São Paulo, campus Cidade Universitária, São Paulo - SP, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB. Apresentei junto com as colegas Cristiane Cardoso e Edileuza Dias de Queiroz, o trabalho intitulado *A Educação Ambiental em Foco: A estação meteorológica como instrumento para Ensinar Climatologia no Espaço de Diálogos e Práticas 59 (EDP.59) denominado Geomorfologia e Pedologia: gênese e transformações antropogênicas no subeixo Geografia, Natureza, Abordagens físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens*.

Neste Espaço de Diálogos e Práticas foram encaminhados 23 trabalhos e destes a maioria foi apresentado, por isso analisamos o quantitativo de envios. Os trabalhos são provenientes de todas as regiões brasileiras destacando a região sudeste, levando em conta que o evento está sendo realizado nesta região e também por ela ter um quantitativo maior de instituições de formação em geografia tanto na graduação como na pós-graduação, e uma das características do Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geógrafas são as apresentações de pesquisa concluídas e/ou em andamento. Foram 14 trabalhos de Instituições do Sudeste (SE), 4 da região Nordeste (NE), 2 das regiões Sul (S) e da região Norte (N) e 1 da região Centro-Oeste (CO).

Destaco que também existe a abertura para a apresentação das práticas, a maioria ainda dos trabalhos são provenientes de pesquisas desenvolvidas na graduação e pós-graduação financiadas por agências de fomento.

Dentre as instituições presentes, apenas uma era privada e as demais foram públicas com destaque para as instituições federais e estaduais. Sendo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a que apresentou o maior número de pesquisa, no total de 5, as Universidades Federal Rural do Rio de Janeiro e a Universidade Federal de Uberlândia apresentaram 2 trabalhos e as demais 1. Apenas 3 trabalhos foram escritos com autores de instituições diferentes, caracterizando que o maior número das pesquisas é proveniente da mesma instituição. Entre 46 os/as autores/as, majoritariamente temos 34 autoras e 12 autores.

As temáticas trabalhadas no EDP.59 *Geomorfologia e Pedologia: gênese e transformações antropogênicas*, duas temáticas foram trabalhadas sendo a temática da Educação Ambiental, com 13 trabalhos e a de Ensino de Geografia e questões físicas-ambientais, com 10 trabalhos.

Dentre os trabalhos de Educação Ambiental, destacam-se pesquisas com o olhar crítico, contextualizando a relação sociedade natureza em diferentes escolas e comunidades. Dentre os trabalhos destacamos: Elaboração de aplicativo para disseminação do conhecimento geográfico: o caso da APA Goiabal - Ituiutaba/MG - UFU; A Educação Ambiental em Foco: A estação meteorológica como instrumento para Ensinar Climatologia – UFRRJ; Pragmatismo e o Kitsch Totalitário: Vícios e Virtudes da Educação Ambiental – UFU; Dengue e Educação Ambiental: Os Casos em Londrina-PR em 2023 – UEL; Contribuições do Movimento por Justiça Ambiental para o ensino crítico de Geografia - UERJ/FFP; Os impactos ambientais do lixo do município de Feira Nova- PE: A Educação Ambiental nas aulas de geografia no ensino médio – UPE;

Práticas de ensino em Educação ambiental: o desenvolvimento da temática de contaminação do solo e da água no ensino fundamental – UNICAMP; Da planta à paisagem: Aprendendo sobre a preservação da várzea na comunidade de Fortalezinha, Ilha de Maiandeuá, Município de Maracanã (PA) – UFPA; Inserindo a tecnologia da informação a partir do código QR em um Polo de Educação Ambiental – IFES; Contribuições da Bioconstrução no Ensino Informal: Bambu e Pau a Pique como Estratégias Pedagógicas de Educação Ambiental na abordagem do tema Mudanças Climáticas - UFOP e UFBA; Educação Ambiental: contribuições acerca da complexidade do pensamento ambiental crítico – UFSCAR. O papel da percepção ambiental para o uso e preservação de rios e na educação geográfica – UERJ; e A educação ambiental e percepção ambiental de alunos acerca dos problemas ambientais no distrito de Nova Pinheirópolis -Porto Nacional/TO – UFT.

Nos trabalhos cuja temática era Educação Ambiental, reforçam a construção de uma Educação Ambiental interdisciplinar, construída a partir do olhar crítico da Geografia, reforçando a necessidade de uma releitura da Educação Ambiental e seu comprometimento social com respostas relacionadas a justiça ambiental e preservação comprometida com o homem numa perspectiva solidária cuja percepção ambiental surge como possibilidade de entendimento inicial para avançar no envolvimento e sensibilização da comunidade envolvida, seja no ambiente escolar, na comunidade ou numa unidade de conservação.

Já a outra temática presente no EDP 59 Geomorfologia e Pedologia: gênese e transformações antropogênicas, é sobre o Ensino de Geografia e questões físicas-ambientais, que podemos chamar de ensino de geografia física, onde algumas áreas são destacadas como o ensino de geografia física, ensino de geografia litorânea, educação em solos, entre outras. Os trabalhos são: Monitoramento das condições Meteorológicas em Nova Iguaçu: das Manifestações do tempo ao ensino de climatologia – UFRRJ. Chuvas e educação geográfica: prevenção de risco e conscientização ambiental na educação básica – UERJ e UNIRI; Ensino da geografia para redução dos impactos da urbanização desordenada: o caso de São Gonçalo (RJ) – UERJ; Promovendo a Interdisciplinaridade no Ensino de Geografia: Um Projeto de Campo sobre Inundações em Áreas Urbanas – CAIC/UFAL; Ensino de Geografia nas escolas do campo do Semiárido baiano, identidade territorial e políticas públicas - Relato de experiência na extensão – UEFS; A importância do saneamento básico no ensino de geografia: uma análise a partir de bacias hidrográficas – UFG; O documentário Uma verdade inconveniente e suas permanências para as discussões da Emergência climática – UFMG; A importância do SAF dentro da universidade pública – UERJ; Educação em solos através do resgate da técnica de pau-a-pique: uma intervenção no Parque Ecológico de Ourinhos/SP através do projeto "Painel Vivo" – UNESP; Ensino sobre ambientes costeiros na disciplina de geografia - UFPR e UFRGS.

A temática Ensino de Geografia e questões físicas-ambientais, exploram novas abordagens no que tangencia o Ensino de Geografia preocupado com as questões físico-ambientais, onde áreas da Geografia e mais precisamente do Ensino de Geografia são envolvidas como forma de responder a novos desafios interdisciplinares do mundo contemporâneo.

Apesar da denominação direta do Espaço de Diálogos e Práticas 59 *Geomorfologia e Pedologia: gênese e transformações antropogênicas*, tiveram poucos trabalhos apresentados com esse mesmo título, ou diretamente envolvido com a área de Geomorfologia e alguns da área de Pedologia, entendemos que o as temáticas apresentadas: Educação Ambiental numa perspectiva crítica e o Ensino de Geografia e questões físicas-ambientais respondem ao desafio maior, a qual o EDP está incluso que é o subeixo Geografia, Natureza, Abordagens físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens do *VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos – CBG*, e nos brindam com contribuições, reflexões e convites para enfrentar os desafios atuais e futuros dessa área e o EDP se fortifica como momento ímpar de aprendizagem por meio de diálogo dos mais diferentes participantes, de alunos de graduação a professores universitário e demais profissionais, num espaço democrático onde o mais importante é a troca de conhecimento. Fica o convite para a leitura das pesquisas nos Anais do CBG 2024.

O VIII CBG E A LUTA POR TRABALHOS DE CAMPO NA USP

GUILHERME D'ALESSANDRO G. MAGLIONE
SEÇÃO LOCAL SÃO PAULO

E-mail: contato@agbsaopaulo.org.br

Site: agbsaopaulo.org.br

Instagram: [@agb.sp](https://www.instagram.com/agb.sp)

Um dos grandes acúmulos do VIII CBG foi a necessidade de as seções locais se aproximarem dos cursos de graduação, pela capacidade de o movimento estudantil de dinamizar a vida orgânica da AGB e do movimento de massas em geral. Essa é uma posição muito acertada e, por isso mesmo, é uma questão que precisa ser vista com todo o cuidado. O que significa aproximar as seções locais da graduação? Escrevo esse texto para explorar um pouco essa questão, a partir do último Congresso, e compartilhar com os colegas leitores algumas experiências que temos tido dentro da USP na luta por defesa dos trabalhos de campo. Para manter o tamanho do texto e não abraçar mais elementos do que posso falar aqui, infelizmente devo me ater somente à questão universitária, deixando de fora trabalhadores e trabalhadoras que não são desse setor.

De modo geral, as atividades em que mais se engajaram graduandos no Congresso foram as apresentações de EDPs e mesas de debate, muito mais do que os espaços (faço essa diferenciação com aspas) “políticos”, como as plenárias. Isso está longe de ser um problema, e é tão somente um reflexo do momento que vivemos. Problemático seria querer esconder essa questão atrás de palavras bonitas, como se esses momentos tivessem o peso de uma atividade política de massas, como uma greve explosiva. Mais ainda, seria bizarro e voluntarista imaginar que só gritando “filiem-se às seções locais, porque é importante!” os estudantes se engajariam na luta política. Lênin há mais de cem anos escrevia que não há menos valor (ou menos política!) na preferência por atividades acadêmicas dentro movimento estudantil: mas que a própria realização das atividades acadêmicas pode indicar a disposição dos estudantes em avançar na luta, em ir da teoria à prática. E me parece claro que as atividades acadêmicas não atrapalharam as atividades “políticas”, mas as incentivaram.

E vejam, não digo que o evento não foi político: foi, e muito! Se, hoje, uma parcela dos estudantes de geografia da USP conhece o nome e a natureza da proposta reacionária de reforma do DCN, o VIII CBG, como encontro nacional, teve um papel importantíssimo em consolidar isso. Mas conhecer um problema como fenômeno é diferente de conhecer sua essência. Hoje, muitos estudantes conhecem a Reforma, e inclusive podem dizer de modo mais abstrato que são ataques do capital ou do “neoliberalismo”, mas isso nos revela muito pouco sobre como ela se vincula de modo real aos problemas que enfrentamos no dia a dia.

Por isso, o grupo de jovens comunistas, militantes da Juventude Comunista Avançando, propuseram no Congresso uma *Moção contrária à expansão das políticas de inovação e empreendedorismo*, disponível no site da AGB. Esse ideal de “inovação” que agora aparece como palavra de ordem da burguesia na educação em todos os lugares, como se tivesse “caído do céu”, é fruto de milhões de dólares gastos pelos países imperialistas, particularmente os EUA pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, para incentivar a submissão das universidades públicas a grandes bancos e monopólios. O que chegou ao Brasil como simples “ideologia” de um grupo de cientistas e burocratas, financiados pela bagatela de US\$ 15 mi pelo USP-BID em 1988 (IEA, 2013), hoje já tem corpo sólido: são organizações, “fundações”, grupos de professores e empresários vinculados ao capital e infiltrados nas entranhas dos governos do Estado (como o sr. Renato Feder, idealizador da privatização de escolas públicas no Paraná e em São Paulo), difundindo a ideia de que a Universidade Pública deve transformar sua função de forma a atender às necessidades do mercado.

A forma mais acabada que estes ataques tomaram na USP é a portaria nº 8152, de 02/12/2021, que transforma o tripé universitário (pesquisa, ensino e extensão) em um “quadripé” pesquisa, ensino, extensão e inovação, e que, dentre muitas outras coisas, vincula a produção tecnológica e a progressão de carreira docente aos critérios de “inovação” e parcerias com empresas privadas, normalmente como “parceira minoritária” (a gravidade disso!). O produtivismo da CAPES, que às vezes aparece como o fundamento do problema, é uma das formas de controle do trabalho, das mais vis, dentre tantas outras que tem se desenvolvido com um só objetivo: “refuncionalizar” a universidade pública e submetê-la às necessidades do capital monopolista (Oliveira, 2023). Aliás, não é essa a função da reforma do DCN: dividir os cursos e facilitar a entrada das firmas nos ditos “tecnólogos”?

Aqui, o orçamento das universidades passa a ser uma máquina de chantagem. A USP, com quase R\$ 7 bi em caixa, se recusa a distribuir esta verba e diz: incluam a “inovação” e o “empreendedorismo” nos currículos, ou vão buscar financiamento externo! Enquanto isso, escritórios e projetos do Santander, Bradesco, Shell, BTG-Pactual, Toyota e outros têm nadado de braçadas na infraestrutura da Universidade, produzindo patentes em projetos com apoio da FAPESP.

Na USP, e certamente em outros cursos de geografia (infelizmente ainda temos muito caminho a trilhar para juntar esses relatos), o maior exemplo de atividade afetada por essa política, por esse mecanismo de chantagem, são os trabalhos de campo: contratos com ônibus são segurados, verbas a campos tradicionais e de matérias optativas são negadas, etc.

Contra este tipo de ataque, é necessário não só apontar o problema, mas saber construir uma alternativa ao que nos é imposto. Por isso mesmo a palavra de ordem “por um ônibus próprio para a geografia! por autonomia nas nossas atividades e currículo!” cresceu com uma significativa velocidade entre os estudantes e professores uspianos e, mesmo que ainda incipiente, já dá alguns frutos em todo o Departamento. Porque a luta pelos trabalhos de campo não só mobilizou estudantes de todo o tipo, mais ou menos interessados em luta política; mas ela é uma chance real de vincular as lutas imediatas da geografia à luta contra as políticas de inovação e o empreendedorismo.

A edição nº 84 do Boletim Paulista de Geografia (2006) é totalmente dedicada ao tema dos campos e, medida a alta qualidade da maioria dos textos, demonstra uma visão típica da academia sobre essa questão que precisa ser trabalhada. Escreveram Alentejano e Rocha-Leão: “nos primórdios, o trabalho de campo que era parte fundamental do método, aos poucos, vai se transformando no próprio método [...] fruto de uma concepção empirista que despreza a teoria e atribui à descrição da realidade a condição de critério de verdade [...] O caso da Geografia Brasileira não foi muito diferente, dada a forte influência histórica de naturalistas e assemelhados na sua pré-história e da geografia francesa na sua consolidação institucional” (p. 53 - 54)”; “Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo” (p. 57); “no método dialético, o campo é extensão do sujeito, numa interação dialética, práxis” (p. 60).

Ora, é falso dizer que os “tradicionais” não mediavam teoria e prática. Não me aprofundo nessa questão, mas basta ver o vínculo de Monbeig com o desenvolvimentismo getulista, ou de Petrone com Caio Prado Júnior. Nestes, sempre houve teoria e práxis - às vezes fetichista, equivocada, mas existia. Essa elaboração aparentemente revolucionária “o campo é extensão do sujeito, numa interação dialética, práxis” oculta o fato de que a geografia pode muito bem mediar uma teoria equivocada com uma práxis reacionária; e que portanto não se trata de construir uma ponte entre “teoria” e “prática”, mas entre uma determinada teoria e uma determinada prática, que sejam capazes de dar consequência às nossas lutas, de vincular-se de forma mais construtiva e prolongada com os lugares e pessoas que pesquisamos. O medo dos autores de “retornar ao empirismo”, de “fetichizar o campo”, seria tanto mais justificado (inclusive tratando-se do ensino básico, como é seu tópico) se a sabotagem aos campos não fossem justamente uma forma significativa que o capital encontrou de impor sua política nos cursos de geografia!

Feitas essas mediações, podemos falar da graduação e das seções locais. A “inovação” pode assumir muitas formas, e por isso “aplicar essa linha” exige uma análise atenta, em cada caso, curso e universidade, de como essa refuncionalização das universidades públicas se desdobra dentro e fora da burocracia universitária, pressionando e submetendo currículos, laboratórios, escritórios, etc. **A luta pelos campos é apenas uma das possibilidades a serem analisadas - e que, na USP, assim como certamente em outros lugares, será um ponto de apoio chave na luta contra as políticas de inovação e empreendedorismo, porque não só nega estas políticas, mas oferecem uma saída real ao DG-USP, e nos mostram um outro horizonte de reforma das nossas práticas e estudos, que rechaça a política dos monopólios e nos vincula concretamente ao povo.**

Isto porque, em cada trabalho de campo auto-organizado que o CEGE-USP hoje faz, me parece que se desenha de modo implícito esse objetivo: construir uma ferramenta permanente, ampla, para vincular nossa formação técnica e teórica às lutas reais do povo e começar a praticar como gérmen aquilo que tanto falamos que deveria ser a universidade: uma **Universidade Popular**, isto é, uma universidade radicalmente democrática, próxima do povo, não só em seu acesso mas em sua função, sendo capaz de contribuir com sua organização e com a elevação das suas condições de vida, na luta pelo socialismo.

Para além da USP, vejo o quanto temos muito que aprender, por exemplo, com os companheiros da Arquitetura e Urbanismo, que desenvolvem experiências de trabalhos permanentes, técnicos e políticos, com o MST, favelas, assentamentos, ocupações a partir de Escritórios Modelo, conhecendo e visitando de modo frequente os lugares em que se pesquisa e age politicamente. Isto são alternativas reais às propostas de reforma do DCN e às chantagens da “inovação” e do “empreendedorismo”, que gostam de se apresentar como únicas, inevitáveis, naturais. São caminhos para transformar nossa formação numa ferramenta contra os ataques da burguesia na educação!

De modo mais geral, o que fica evidente é que não basta “sermos mais críticos”. **Temos que conseguir fazer com que cada vez mais cursos de geografia (e a universidade em geral) possam vincular sua formação, a partir do trabalho, à luta diária do povo, e assim não só oferecer alternativas reais a essas imposições de “inovação e empreendedorismo” dos monopólios, mas sobretudo golpeá-los nas suas bases mais fundamentais.** Os trabalhos de campo auto-organizados podem, no caso exposto, pelo menos em alguma medida, contribuir para a derrubada da portaria nº 8152 e para a expulsão dos representantes da burguesia na USP. Caso contrário, continuaremos perdendo os nossos para o assédio das mineradoras, empreiteiras e do geomarketing, que cavam seu espaço nos cursos sob a égide (reacionária e mentirosa) de serem mais “aplicadas”.

Essa deve ser nossa tarefa para o próximo período, em especial no que diz respeito à universidade: consolidar, dentro da AGB e nas seções locais, a unidade ideológica da luta contra as políticas de inovação e empreendedorismo. Assim virão junto não só as seções locais e a graduação, mas todos os outros a quem interessa uma geografia a serviço da revolução brasileira

GEO-GRAFANDO PARA COMUNICAR (A)O BRASIL?

**IGOR CARLOS FEITOSA ALENCAR
SEÇÃO LOCAL SÃO PAULO**

E-mail: contato@agbsaopaulo.org.br

Site: agbsaopaulo.org.br

Instagram: [@agb.sp](https://www.instagram.com/agb.sp)

*“Eu tô te explicando
Pra te confundir
Eu tô te confundindo
Pra te esclarecer”
Tô - Tom Zé (1976)*

Na 140ª Reunião de Gestão Coletiva (RGC), realizada em janeiro de 2020 em Niterói, foi discutido pelas Seções Locais ali reunidas a temática das “comunicações” (como intitulado no ponto de pauta 04). Perpassando por aspectos gerais e especificamente sobre a comunicação do XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos (ENG). Dessa discussão, deliberou-se, conforme a [ata](#), que “os conteúdos relacionados ao XX ENG devem ser publicados/divulgados não apenas no site do XX ENG, mas também no site da AGB Nacional”.

Nessa mesma ocasião também foi informado que o perfil no Instagram criado para o evento já superava, em 17 de janeiro de 2020, o dobro da conta do ENG anterior. Todavia, o então coletivo de Comunicação/Ouvidoria do evento ponderava uma questão: “Não sabe se a comunicação está tão forte, mas a divulgação está”.

Quatro anos, uma pandemia e um ENG virtual depois, finalizado o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG), era praticamente unânime entre congressistas e organização que a comunicação foi peça fundamental para o êxito no evento. O [perfil no instagram](#) (que se trata do mesmo criado para o XX ENG e que se reformulara a cada evento nacional), contava com cerca de 6 mil seguidores. Publicações, [como a da prorrogação do prazo para envio de trabalhos em 22 de abril](#), alcançou mais de dez mil pessoas e o triplo de reproduções.

Tal qual se deliberou naquela RGC pré-pandêmica, os conteúdos do VIII CBG foram também publicados no [site](#) do evento, bem como no [site](#) da AGB. Todavia, era notório que as publicações nesses portais aparentavam uma comunicação difusa e de pouco feedback. Obviamente as formas de interação entre esses meios são distintas, e cabe reflexão. É isso que trago para esse texto elaborado sobretudo a partir das experiências na composição do Coletivo de Comunicação dos três últimos eventos nacionais da AGB.

Alguns meses atrás, a pedido da SL Três Lagoas, estava digitalizando parte da documentação do início dos anos 1990 dessa Seção e, dentre aquela papelada, havia uma carta endereçada à então Diretoria Executiva Nacional (DEN), solicitando material de divulgação do VIII ENG (Salvador).

Ao ler a carta fiquei inquieto: será se aquela forma de comunicação impressa, direta e endereçada era mais efetiva? Ou, ao contrário, se corriam mais riscos da mesma se perder no caminho ou ser apenas mais uma das tantas comunicações que chegavam às pessoas? Mais grave: no caso de alguma informação equivocada (o que não é raro) ter sido cravada naquele papel ou algum ajuste importante tenha sido necessário, o tempo de comunicar o erro e/ou a mudança me aparentou, no mínimo, angustiante.

Sem adentrar nos pormenores do relato acima, a permanência que identifico e que nos ajuda refletir é justamente o interesse pela informação, agora expresso por outros meios e numa nova temporalidade. As redes sociais e os aplicativos de mensagem satisfazem essas novas demandas? Os sites, e-mails e até mesmo a comunicação impressa (por cartazes e afins) estão definitivamente obsoletos?

Entusiastas da comunicação imediata e instantânea por um reels, um storie ou, no máximo, uma thread - tal qual experimentamos em certa medida no VIII CBG -, tenderiam a afirmar positivamente.

Isso seria totalmente verdade se três questões não estivessem por detrás: primeiro, que houve um esforço e um trabalho coordenado pelo Coletivo de Comunicações na produção de material e envio via e-mail para as Seções Locais, essas que cumpriram o papel fundamental de comunicação direta com as pessoas associadas; segundo, que em nenhum momento deixou-se de alimentar e direcionar as pessoas ao site do evento quando da necessidade de informações mais completas e complexas. E, finalmente, por mais que o direct do Instagram do evento fosse extremamente ativo, a caixa de e-mail da ouvidoria do evento registrou até o momento da escrita desse texto mais de mil e setecentas mensagens (todas respondidas!).

O que aponta, na realidade, que o êxito da comunicação do VIII CBG foi fruto justamente daquilo que mais dá sentido a AGB: uma construção, de fato, coletiva. E não no sentido romantizado e artificialmente harmônico entre os coletivos de organização, a DEN, as Seções Locais e as pessoas associadas. Essa construção coletiva se deu de forma vívida, refletindo todos os interesses que encontravam como ponto comum a ânsia de realizar o CBG enquanto um evento que a comunidade geográfica reunida na e pela AGB, expressasse quais os nossos projetos de Brasil!

Assim, é compreensível que o êxito da comunicação do VIII CBG se defronta diretamente com uma constante situação discutida na AGB: até que ponto nossa comunicação, para além dos eventos, e fundamentalmente enquanto entidade, se realiza? Isso foi posto naquela RGC em princípios de 2020 e também na última RGC nesse fim de 2024 realizada em Salvador.

Penso que avançamos no sentido de passar de uma “divulgação” para uma “comunicação”. As Seções Locais têm suas estratégias diversas: do contato corpo a corpo nas universidades, dos grupos no WhatsApp, em seus sites e blogs, com as listas de e-mails e no [Interseções](#), na impressão de materiais, com canais no YouTube e, óbvio, perfis em todas as redes sociais possíveis.

Cabe reunir essas estratégias, discuti-las e caminhar para a construção de uma comunicação agebeana a partir de um ponto de partida coletivo comum, tal qual se faz nos eventos. Essa é uma das diversas tarefas que teremos oportunidade de enfrentar no Fórum de Comunicações a ser realizado junto a 149ª RGC em março de 2025 em Três Lagoas.

Finalmente, as comunicações estão na agenda da AGB. Do TikTok ao Interseções, do [CBBeija](#) às [notas técnicas](#): comunicar é preciso. Realizar isso com responsabilidade e efetividade é necessário e possível justamente pelos caminhos que trilhamos desde o distante encontro de 1978. É pela construção coletiva e horizontal que convida as pessoas associadas a AGB a se reconhecer não enquanto meros difusores de informações, mas parte interessada e efetiva que comunica enquanto tarefa política.

GEO-GRAFANDO O BRASIL COM AS CRIANÇAS

**LUÍSA BORTOLATO ELIAS
SEÇÃO CAMPINAS**

E-mail: secretaria@agbcampinas.com.br

Site: agbsaopaulo.org.br

Instagram: [@agbcampinas](https://www.instagram.com/agbcampinas)

“Foi um dos melhores momentos da minha vida”

E., 5 anos, sobre a Ciranda

A Ciranda é uma decisão política em eventos nacionais organizados pela AGB. Em 2024, no VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG), recebeu 30 crianças, 30 monitores e monitoras, 4 educadoras e contou com 12 propostas que aconteceram em diferentes lugares no campus Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, na capital paulista. As crianças estiveram em museus, praças, prédios, salas de aula, laboratórios e na moradia universitária, o CRUSP



Foto da faixa da Ciranda Infantil no VIII BG

Na Plenária Final do VIII CBG, ao fazer um levantamento do que foi esse encontro, a Ciranda Infantil foi ponto de destaque em algumas falas e apontamentos de participantes. O que todas essas pessoas - que se lembraram da Ciranda - tinham em comum? O fato de serem todas mulheres.

O que, claro, pode ser uma coincidência, mas não se pode negar que nos remete a algo estrutural da sociedade brasileira, que liga crianças a mulheres (e mulheres a crianças). Nos dando, assim, pistas para discutir o tema do evento: “AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil”.

O Brasil que queremos construir exige pensar as infâncias e com elas. E, para isso, precisaremos alargar os nossos campos de pesquisa e contar com mais pesquisadores, no masculino não genérico. Pensar com as crianças e sobre elas prescinde de ser mulher, tal qual ser mulher prescinde de ser mãe. O tema da infância precisa se descolar daquilo que remete à maternalização, ao doméstico, ao privado.

E a Geografia Brasileira tem nos apresentado possibilidades de fazer isso, a partir de suas pesquisas, criando o campo da Geografia da Infância no Brasil, pautando a infância como uma categoria social e não monolítica. As crianças têm classe, cor, gênero, proferem diferentes fés, lutam determinadas lutas, vivem em determinadas regiões, frequentam determinados espaços. O próprio sentido da infância é atravessado pelas dimensões do espaço e do tempo.

Indicando, portanto, que as crianças geo-grafam: produzem culturas infantis, diferentes traços simbólicos, criam realidades sociais, transformam contextos sócio-político e econômicos, interpretam a realidade em que vivem, criam suas diferentes geografias, cartografam... E, ao geo-grafarem nele e sobre ele, as crianças constroem o Brasil e, por fazerem isso, precisam estar nas discussões a esse respeito. Não apenas como espectadoras, mas como protagonistas.

Se o VIII CBG se debruçou a respeito dos 90 anos da AGB e dos possíveis caminhos para a construção do Brasil e da Geografia Brasileira, a Ciranda Infantil convidou as mais de 2 mil pessoas que participaram do evento a ampliarem seus olhares e escutas. As culturas infantis, como costuma ser, contagiaram o espaço. Ao se reunirem, as crianças chamavam atenção, provavelmente pela capacidade de desacostumar aqueles espaços tão acostumados às pessoas adultas: Congresso, Universidade, Academia, Palestra.

As crianças fazem isso: não se acostumam com os espaços construídos, como Jader Janer Lopes descreve em entrevista: “Foi aí que forjei em mim mesmo a noção de espaço desacostumado... aprendi que crianças não gostam de se acostumar ao mundo e nem aos espaços geograficamente construídos. Todos os adultos deveriam aprender isso.” (Silva, Carvalho, 2004, p. 334). É justo, portanto, que, ao pensar o Brasil, e a Geografia que queremos nele, que as crianças façam parte desse movimento político, militante e acadêmico. Para isso, é preciso se debruçar nessa Geografia que reconhece as crianças como pessoas criadoras de cultura, valorizando as existências e experiências infantis no presente, no agora.

A ciência, por tantas vezes centrada na figura da pessoa adulta, negligencia a criança ao espaço-tempo do futuro, ao vir a ser, à preparação, “em desenvolvimento”. Mas o Brasil que queremos no futuro já começou, e as crianças estão nele. É o Brasil que matou de forma violenta mais de 15 mil crianças e jovens nos últimos 3 anos, segundo levantamento do Fórum de Violência Pública¹.

É o Brasil que eterniza essas crianças nas figuras da menina Agatha, do menino Miguel, de Marcus Vinicius, que, antes de morrer, indagou a mãe sobre os policiais que nele atiraram “Eles não viram que eu estava com a roupa da escola?”².

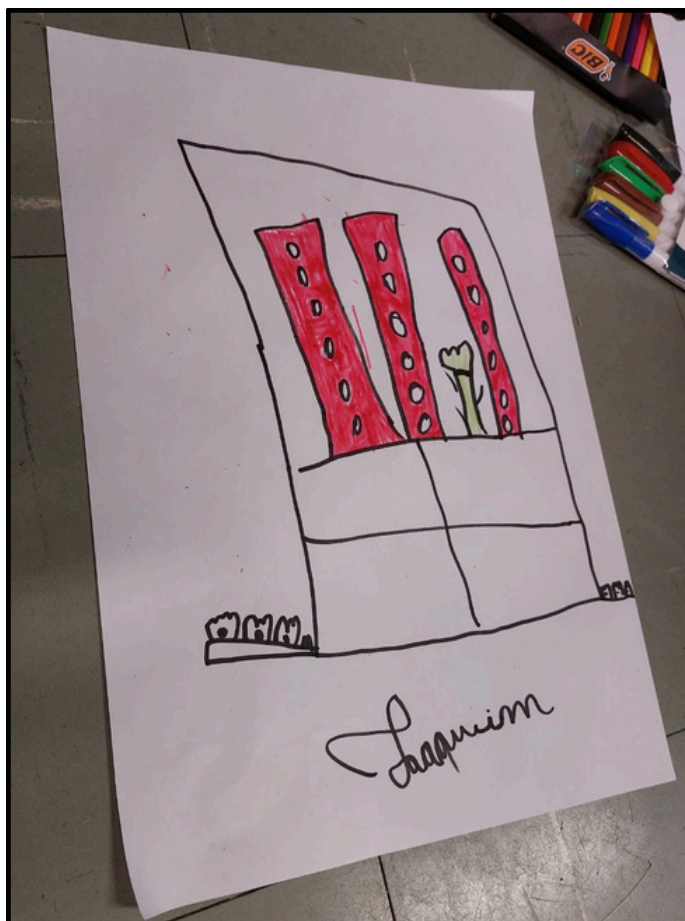
Se queremos pensar em uma Geografia Brasileira que esteja comprometida com os problemas sociais e as mudanças necessárias para cessá-los, precisamos ouvir as crianças, majoritariamente negras, que perderam seus amigos e amigas para a violência policial, precisamos saber o que acham as crianças a respeito do infanticídio causado por agrotóxicos nos arredores dos latifúndios monocultores, precisamos nos voltar para as meninas e os meninos indígenas cujas escolas são queimadas por grileiros, precisamos estar com as Sem - Terrinha que têm suas vidas impactadas pela Reforma Agrária que nunca chega - a quem, orgulhosamente, inclusive, nos inspiramos para construir a Ciranda Infantil da/na AGB.

É preciso geo-grafar com as crianças para construir o Brasil que queremos, com todas elas. Para isso, precisamos tomar tempo e espaço de nossas vidas para lutarmos por um Brasil que, deixando o adultocentrismo, possa se repensar a partir do que, também, nos ensinam as crianças. Nos movimentando para que “as crianças e seus saberes espaciais possam descolonizar nossos seres, nossas subjetividades, tão aprisionados por nossas lógicas únicas/universais e, como pequenos e intensos bárbaros, permitam fazer fluir por nossos corpos, vozes, cognição, emoções e afetividade outras espacialidades: de vozes silenciadas, caladas e subalternizadas” (Lopes, 2022, p. 12).



Desenhos das crianças
no chão e na parede da
FFLCH





Desenho sobre “o que vejo da minha janela” feito por crianças ao longo do CBG.



Mapa feito por crianças ao longo do CBG



Crianças manuseando um fóssil do Museu de Geociências da USP

Notas

- 1) <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-08/violencia-matou-mais-de-15-mil-jovens-no-brasil-nos-ultimos-3-anos>
- 2) <https://esquerdaonline.com.br/2018/06/23/eles-nao-viram-que-eu-estava-com-a-roupa-da-escola-mae/>

Referências

LOPES, Jader Janer Moreira. GEOGRAFIA DA INFÂNCIA, JUSTIÇA EXISTENCIAL E AMOROSIDADE ESPACIAL. *Revista de Educação Pública*, [S. l.], v. 31, n. jan/dez, p. 1–13, 2022. DOI: 10.29286/rep.v31ijan/dez.12405. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12405>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da; CARVALHO, João do Prado Ferraz de. Entrevista com JADER JANER MOREIRA LOPES. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 301–334, 2014. DOI: 10.34024/olhares.2014.v2.310. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/310>. Acesso em: 26 nov. 2024

**VIII CONGRESSO BRASILEIRO
DE GEÓGRAFOS:
A AGB E A GEOGRAFIA
BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS
LUTAS SOCIAIS FRENTE AOS
PROJETOS HEGEMÔNICOS**

**PATRICIA HELENA MILANI, MAURO HENRIQUE
SOARES DA SILVA, JHIOVANNA EDUARDA
BRAGHIN FERREIRA.**

**SEÇÃO LOCAL TRÊS LAGOAS: MOVIMENTO
CRÍTICO, APRENDIZAGENS, TROCAS E
SOCIABILIDADES GEOGRÁFICAS**

E-mail: agb.treslagoas@gmail.com

Instagram: [@agbtlms](https://www.instagram.com/agbtlms)

Desenvolvemos neste breve relato algumas experiências e práticas vivenciadas no VIII CGB, que ocorreu na Universidade de São Paulo (USP), em julho de 2024.

Para estudantes, professores e professoras a participação presencial em eventos científicos, sejam eles regionais, nacionais ou internacionais é sempre uma vivência única e com muitas potencialidades no processo de formação tanto profissional quanto do ponto de vista humano, pelas múltiplas trocas de experiências, convivências, afetos e outros tantos sentidos e significados ativados nesses espaços coletivos.

Seja por meio das mesas redondas, pelas salas de apresentações de trabalhos, pelos trabalhos de campo, intervalos e cafés, nos espaços coletivos de venda de livros, é onde e quando encontramos desde os colegas mais próximos àqueles de longa data que não víamos a um bom tempo – o afeto geográfico aí se põe e com isso há uma oxigenação liberando ar para quando voltarmos às nossas rotinas nas universidades.

De modo mais corporificado relato a ímpar experiência de compor a mesa acerca dos devires geográficos, em que debatemos a interseccionalidade entre gênero, raça, classe, sexualidades dentre tantas outras dimensões que nos compõem e condiciona como vivemos no tempo e no espaço. A seção Três Lagoas, sediada em uma universidade que não se situa no centro do Brasil, do ponto de vista econômico e das maiores e mais abrangentes produções científicas geográficas, se tornar central nessa mesa e neste momento do evento foi pensar na possibilidade real de um espaço paradoxal, numa relação continuamente de margem e centro.

Estávamos ali, podendo debater temas urgentes e que quase sempre permanecem na periferia da produção científica. Estávamos no centro em muitos sentidos – pela presença de nossa AGB, do debate interseccional e sobretudo pela presença de tantas e múltiplas corporeidades que integram as universidades brasileiras, pessoas muitas vezes silenciadas pelas narrativas hegemônicas.

A presença deste tema e a reunião de pessoas interessadas neste debate já considero um avanço para a geografia brasileira, haja vista o consolidado espaço de enunciação que representa este evento.

A ciência é produzida por pessoas corporificadas, que produzem em algum lugar. Pensam, falam, escrevem a partir de um corpo, são possuidoras, portanto, de: raça, gênero, classe social, origem espacial, sexualidade; no entanto, essas dimensões quase sempre são neutralizadas na produção científica, e de algum modo nos próprios eventos.

Debatemos e tensionamos uma geografia tendencialmente branca, elitista, machista e heteronormativa, neutralizada sob a narrativa objetivista e neutra. Houve um movimento dentro do movimento que consiste a AGB, um movimento de respiro, um espaço de enunciação que possibilita a coexistência de uma geografia feminista concomitante a tantas outras geografias existentes e aceitas. Esta que propomos e defendemos coloca em protagonismo as espacialidades dos múltiplos corpos, raças, gêneros e sexualidades que quase sempre estão ausentes dos discursos científicos.

Nessa mesma linha de reflexão de uma ciência corporificada produzida nos lugares, e considerando as especificidades desses lugares, evidencia-se que no VII CBG, com o objetivo de Geo-Grafar o Brasil proporcionando espaço onde diferentes vozes e perspectivas encontram acolhimento e podem contribuir para a construção de uma geografia engajada com as lutas sociais e os desafios da construção de um Brasil mais justo, uma outra participação importante da AGB-TL vivenciada no VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos é importante destacar aqui.

Nos foi possibilitado o debate sobre as desigualdades socioterritoriais frente a Pandemia da COVID-19, cuja discussão foi pautada a partir de uma abordagem interdisciplinar integrando os conhecimentos da Geografia da Saúde e permitindo reflexões críticas sobre o contexto desigual dos territórios afetados diferentemente pelo mesmo fenômeno de perigosidade, ou seja, desvendando as vulnerabilidades de gentes e lugares, as quais muitas vezes, no contexto da política brasileira na época, se revelou quase que orquestrada pelo viés da necropolítica, implicando na distribuição desigual dos impactos da COVID-19.

Nossa participação na mesa redonda “Geografia e Saúde do Brasil: desigualdades socioterritorial frente a Pandemia” se deu por meio da voz e corporeidade de um geógrafo, negro e cujas práticas acadêmicas e científicas se dão em territórios distantes dos centros econômicos hegemônicos e metropolitanos brasileiros. Assim, a oportunidade permitiu relatar experiências de práxis geográficas periféricas, mas importantes para a compreensão do contexto sócio espacial do Brasil continental.

Foram apresentados resultados das tentativas desafiadoras de contribuição geográfica para o enfrentamento da COVID-19 no estado de Mato Grosso do Sul, e ainda com práxis multiescalares, buscando análises da disseminação dos impactos da Pandemia, tanto na escala regional, pelas Regiões de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, quanto na escala local, pelo monitoramento da distribuição intraurbana da COVID-19, nos territórios de saúde das Unidades Básicas de Saúde da Família em Três Lagoas (MS).

As reflexões na referida mesa redonda, acentuaram as desigualdades na formação e atuação do Geógrafo especialista na área de Geografia da Saúde no Brasil, mostrando que há regiões com carência desta ótica epistemológica na análise do espaço geográfico, o que implicou territórios com pouca ou nenhuma análise territorial dos impactos da Pandemia pela ótica da Geografia.

Além disso, as discussões pautaram ainda as questões em torno da carência das análises em escala local, da dificuldade de monitoramento das repercussões socioespaciais intraurbana, e da falta de informação e de parcerias entre academia e poder público, muitas vezes influenciados por uma posição governamental partidária e em proximidade com a implementação de uma necropolítica, resultou claramente em prejuízos à saúde e à qualidade de vida, sobretudo das populações negras, de baixa renda, e periférica.

Contudo, as conclusões da referida mesa também culminaram para a importância da Geografia enquanto ciência que busca compreender o espaço, e acima de tudo, a importância da prontidão geográfica, ou seja, de uma ciência composta por profissionais que rapidamente escutaram o chamado para a luta, e usou suas práxis especializadas como armas potentes, armas essas empunhadas com base na formação de rede de pesquisadores, compondo diferentes áreas (científicas e territoriais), e mostrando o potencial da geografia em auxiliar na compreensão de problemas urgentes e/ou emergentes.

O que fica evidente ainda é que a nossa participação enquanto pesquisadores de instituições de ensino superior fora dos grandes centros, compondo mesas redondas importantes no VIII CBG, traz à luz essas instituições muitas vezes invisibilizadas pela centralidade daquelas outras localizadas nos grandes centros econômicos do País. Essa luz reflete principalmente na comunidade acadêmica dessas universidades periféricas, tendo em vista a participação dos alunos de graduação e pós-graduação de várias instituições do estado de Mato Grosso do Sul, no VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos, revelando o quanto a existência e resistência das Seções Locais, como no caso a AGB-TL, são importantes para inclusão das pautas políticas e acadêmicas dos vários e distintos territórios no cenário da Geografia nacional.

A AGB-TL resiste porque outras pessoas que construíram resistiram, ela está viva pelo trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido junto à comunidade local em pautas emergentes. Poderia pontuar diversas ações desenvolvidas, como o apoio à luta para permanecer na terra das famílias do Cinturão Verde, a criação do Fórum de Enfrentamento aos Impactos do Eucalipto, dentre outras. Mas, hoje, em especial, gostaria de destacar a participação da SL e, a minha, enquanto uma mulher, negra, periférica, doutoranda, na construção do VIII CBG.

Sendo o meu primeiro evento da AGB, e atuando ativamente na SL local, tive o privilégio de participar desde a criação dos eixos, temas, ementa da mesa, indicação e escolha dos nomes para as mesas, comissão dos EDEP's, até a montagem dos kits. Por todas essas etapas, que foram dedicadas horas de trabalho, a que me enchem, ainda hoje, os meus olhos e coração foi a indicação e defesa dos professores e professoras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, em mesas de temas ditos clássicos e, emergentes.

Em toda imensidade do evento, poder assistir às mesas da Profa. Patrícia Milani e do Prof. Mauro Henrique, ambos atuantes e, com maestria, em uma universidade que não está no centro do país, só reforça o quanto a nossa Geografia é potente e abre margem para pessoas como eu e que são iguais aos Mauros e Patrícias, a pensar que um dia, também, podemos ocupar esse lugar: de pesquisa, de debate, de construir Geografia. Continuemos!

VIII CBG, REVERENCIANDO O PASSADO, DISCUTINDO O PRESENTE E REFLETINDO SOBRE O FUTURO

**YURI ALVES SOARES
SEÇÃO LOCAL SÃO PAULO**

E-mail: contato@agbsaopaulo.org.br

Site: agbsaopaulo.org.br

Instagram: [@agb.sp](https://www.instagram.com/agb.sp)

Em meio a profundas transformações e mudanças na nossa sociedade, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) não se apequena frente a era tecnológica das comunicações frágeis, pelo contrário, resiste e se reinventa frente aos novos tempos. O VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos(as) realizado entre os dias 07 e 12 de Julho prova isso, ao reunir estudantes de diversas partes do país em um único lugar para geografar reverenciando o passado, discutindo o presente e refletindo sobre o futuro. Nesse sentido, o presente texto buscou descrever e abordar as principais contribuições obtidas durante a realização do VIII CBG.

A chegada à capital Paulista ocorreu às 12 horas e 45 minutos (horário de Brasília) do dia 06 de julho, no Aeroporto Internacional de Guarulhos em São Paulo, após um trajeto que incluiu uma conexão no Aeroporto Internacional de Guararapes em Recife, capital de Pernambuco.

Conforme previsto no cronograma do evento, a primeira atividade ocorreu no domingo, dia 07 de julho com a realização do credenciamento e de uma mesa de abertura no Largo de São Francisco, sede da faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo (USP). Com o título de “AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil” a mesa fez uma homenagem à longevidade da entidade e comemorou a atuação de geógrafos e geógrafas, que no exercício da profissão dão uma enorme contribuição para difundir conhecimentos e desenvolver a ciência. Além disso, o primeiro dia do evento também contou com a presença de ex-presidentes e dirigentes da AGB, além de uma homenagem ao finado professor Carlos Walter Porto-Gonçalves que faleceu em setembro do ano passado, mas que deixou uma enorme contribuição para a área da Geografia Política Brasileira.

No segundo dia (08 de julho), as atividades aconteceram na sede do Departamento de História e Geografia, na cidade universitária localizada no bairro do Butantã. Pela manhã houve o acompanhamento da apresentação de diferentes trabalhos no EDP (Espaço de Diálogos e Práticas), em meio aos intervalos havia a explanação de dúvidas e contribuições dos participantes para com os colegas que ali exibiam os resultados das suas pesquisas. Já pela tarde transcorreu a Plenária Política, um espaço onde os associados e associadas da AGB discutiam os rumos políticos da instituição, bem como as pautas, as lutas e os posicionamentos da Associação frente as demandas da sociedade brasileira.

Na terça-feira (dia 09 de julho) muito embora estivesse previsto a realização de um trabalho de campo intitulado “As geografias da CUASO: Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira”, o mesmo não pôde acontecer em função das baixas temperaturas e de temporais previstos para o dia. Dessa Forma, em virtude desses motivos, a organização do evento decidiu cancelar todas as atividades previstas para o dia, mantendo apenas atividades de campo que iriam ser realizadas em ambiente fechados.

No dia seguinte (10 de julho), as atividades transcorreram da seguinte forma: pela manhã houve mais um encontro no EDP, desta vez, além de participar como ouvinte, também pude apresentar o meu trabalho, intitulado de “Desenvolvimento e Vulnerabilidade de Renda e Trabalho na Região Metropolitana de Manaus”, em meio a um nervoso incapaz de ser descrito, a apresentação ocorreu de forma tranquila e sem intercorrências, diversos colegas de diferentes instituições do país deram as suas contribuições para o aprimoramento da pesquisa,

entre elas destaco as indagações feitas pelo professor Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva (Docente titular da Universidade Federal de Alagoas) que questionou quais eram os principais desafios da pesquisa, bem como, quais eram as fontes consultadas. Pela tarde ocorreu o minicurso “A Geografia: categorias, conceitos e mais alguns dilemas metodológicos” sob o comando do professor Douglas Santos, docente da Universidade Pedagógica de Moçambique. Na ocasião o professor explorou os dilemas metodológicos da Geografia, afirmando que “a constituição do território é na verdade uma negação da paisagem”.

Em 11 de julho, penúltimo dia do evento, houve o minicurso “A pesquisa científica sob a leitura de Karl Marx. Breves apontamentos sobre a crise do trabalho” que teve a mediação dos professores Anselmo Alfredo (docente da USP); Ana Cristina Mota Silva (docente USP); Rinaldo Gomes Pinto (doutor em Geografia Humana pela USP). No minicurso os professores deram ênfase na discussão trazida por Marx sobre o conceito do concreto abstrato, bem como a contribuição da professora Amélia Damiani sobre a urbanização crítica. A tarde aconteceu a assembleia das seções locais da AGB, um espaço que foi dedicado ao debate das seções locais, com representantes de cada uma expondo as diferentes realidades das suas localidades, bem como, refletindo sobre a necessidade de uma maior ampliação e integração das filiais existentes.

Na sexta-feira (dia 12 de julho), foi realizado as últimas apresentações de trabalhos no Espaços de Diálogos e Práticas (EDP), neste encontro pude acompanhar por exemplo, o trabalho do colega Jonathan Ferreira (Doutorando da Universidade Estadual Paulista – Unesp) que discorreu sobre o processo de financeirização do futebol, analisando os patrocínios da primeira divisão do campeonato brasileiro. Na parte da noite ocorreu a conferência de encerramento com a presença dos mestres Dirce Suertegaray e Ruy Moreira, que fizeram reflexões sobre o atual contexto político e social do país, além de abordar a história e o legado de muitas gerações de agebeanos e agebeanas. Por fim a mesa fez referência à obra e aos ensinamentos do professor Aziz Ab'saber que deu importante contribuição para a Geografia Física brasileira.



DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL

2024-2026

PRESIDÊNCIA

Charles da França Antunes
AGB-Niterói

Rildo Borges Duarte
AGB-Alfenas

SECRETARIA

Carla Hirt
AGB-Rio de Janeiro

Leandro Evangelista Martins
AGB-São Paulo

COMISSÃO DE SECRETARIA

Noeli Pertile
AGB-Santa Inês

Marcos Antônio Campos
AGB-Niterói

TESOURARIA

Lorena Izá Pereira
AGB-João Pessoa

João Pedro Caetano de Lima
AGB-Presidente Prudente

COMUNICAÇÃO

Igor Carlos Feitosa Alencar
AGB-São Paulo

Thiago da Nóbrega Prata
AGB-São Paulo

PUBLICAÇÕES

Carolina Russo Simon
AGB-Presidente Prudente

Eduardo Karol
AGB-Niterói

André Baldraia Souza
AGB-Porto Alegre